



Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 61, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso II do artigo 35 da Lei n. 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 5 de setembro de 2018, ALINE TAVARES GURGEL, do cargo em comissão de Assessor I da Secretaria de Cerimonial e Eventos, nível CJ-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

PORTARIA Nº 62, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso II do artigo 35 da Lei n. 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, desde 9 de agosto de 2018, IVANIR JOSÉ BORTOT, do cargo em comissão de Coordenador de Imprensa, nível CJ-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

PORTARIA Nº 63, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso II do artigo 9º da Lei n. 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Nomear ALINE MENDES MOTA para ocupar o cargo em comissão de Assessor I do Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça, nível CJ-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

PORTARIA Nº 64, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 35 da Lei n. 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Exonerar, a partir de 3 de setembro de 2018, FABIANA LUCI DE OLIVEIRA, Professora Adjunta, do quadro de pessoal da Universidade Federal de São Carlos, do cargo em comissão de Diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias, nível CJ-3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 795, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.9.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar LORENA LIMA FERREIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, da função comissionada de Assistente III, Nível FC-3, do Gabinete do Ministro Og Fernandes.

Art. 2º Designar, por indicação do Ministro Edson Fachin, LORENA LIMA FERREIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer a função comissionada de Assistente III, Nível FC-3.

RODRIGO CURADO FLEURY

PORTARIA Nº 797, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar JOICE RIBEIRO GONÇALVES DA ROCHA, Analista Judiciário, Área Judiciária, para substituir o Secretário-Geral da Presidência, Nível CJ-4, nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º Revogar a Portaria TSE nº 432, de 18 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, pág. 66.

RODRIGO CURADO FLEURY

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 263, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 21-B do Regimento Interno, na Resolução STJ/GP n. 8 de 19 abril de 2016 e na Portaria STJ/GP n. 10 de 16 de janeiro de 2018, bem como o que consta no Processo STJ n. 1.439/2017, resolve:

Art. 1º Prorrogar a convocação do Juiz Federal Cleberon José Rocha, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para continuar atuando como Juiz Auxiliar da Presidência, no período de 30 de agosto a 29 de outubro de 2018.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria STJ n. 232 de 21 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

PORTARIA Nº 264, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no caput do art. 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar MONTGOMERY WELLINGTON MUNIZ, matrícula S031865, para substituir o Secretário dos Órgãos Julgadores, código CJ-3, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo em comissão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

SECRETARIA

PORTARIA Nº 569, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização e no disposto nos arts. 9º, II e 35, I, e II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2018, BRUNO TSUGAMI DALLA COSTA, matrícula S057791, do cargo em comissão de Assessor B, código CJ-1, da Assessoria Jurídica;

Art. 2º Exonerar TONIA SCHMITT DE CASTRO, matrícula S065077, do cargo em comissão, de Assessor B, código CJ-1 do Gabinete do Diretor-Geral;

Art. 3º Nomear para o cargo em comissão, de Assessor B, código CJ-1:

TONIA SCHMITT DE CASTRO, matrícula S065077, da Assessoria Jurídica, na vaga decorrente da exoneração de Bruno Tsugami Dalla Costa;

GUILHERME SILVA FIGUEIREDO, matrícula S064178, do Gabinete do Diretor-Geral, na vaga decorrente da exoneração de Tonia Schmitt de Castro;

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES

PORTARIA Nº 570, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização, resolve:

Art. 1º Designar BÁRBARA LAÍS DE SOUSA MENEZES, matrícula S071689, para a função de confiança de Assistente II, código FC-2, do Gabinete da Ministra Laurita Vaz, na vaga decorrente da dispensa de Rogério Luís Barroca Costa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES

PORTARIA Nº 574, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização, resolve:

Art. 1º Designar JULIANA BERNARDES DE FARIA, matrícula S067088, para a função de confiança de Assistente II, código FC-2, do Gabinete do Ministro João Otávio de Noronha, na vaga decorrente da dispensa de Hugo Antunes Rodrigues.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES

PORTARIA Nº 575, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização, resolve:

Art. 1º Designar ALDA SILVA, matrícula S026390, para a função de confiança de Assistente II, código FC-2, da Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio, da Secretaria de Administração, na vaga decorrente da dispensa de Keila Faria Ferreira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº CJF-POR-2018/00319 DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo n. CJF-PES-2017/00199, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora DENISE GUIMARÃES TÂNGARI, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 13, matrícula n. 441, pertencente ao quadro de pessoal do Conselho da Justiça Federal, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens previstas no art. 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (redação dada pela Medida Provisória n. 2.225-45, de 4 de setembro de 2001), c/c art. 15, § 1º, da Lei n. 9.527, de 10 de dezembro de 1997; art. 67 da Lei n. 8.112/1990 (com a redação dada pela Lei n. 9.527/1997), c/c art. 15, inciso II, da Medida Provisória n. 2.225-45/2001; e arts. 14, caput, e § 5º, e 15, inciso III, da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

PORTARIA Nº CJF-POR-2018/00320 DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar, por motivo de aposentadoria, a servidora Denise Guimarães Tângari, matrícula 441, Analista Judiciário, Área Administrativa, do quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, do Cargo em Comissão de Secretária, código CJ-3, da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

PORTARIA Nº CJF-POR-2018/00321 DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear DENISE GUIMARÃES TÂNGARI para exercer o Cargo em Comissão de Secretária, código CJ-3, da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

PORTARIA Nº CJF-POR-2018/00322 DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o servidor Renato Menezes Santana, matrícula 880, cedido do quadro de pessoal do Departamento de Polícia Federal, do Cargo em Comissão de Assessor "A", código CJ-2, da Assessoria Especial da Presidência do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Nomear a servidora FERNANDA ROCHA PACHECO SANTOS, cedida do quadro de pessoal do Departamento de Polícia Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora "A", código CJ-2, da Assessoria Especial da Presidência do Conselho da Justiça Federal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 389, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o constante do memorando nº 42, de 28/8/2018, da Secretaria de Comunicação Social, resolve:

1 - Dispensar o servidor DIRCEU PINHEIRO ARCOVERDE, código 780, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do encargo de substituto legal e eventual do titular do cargo em comissão de Coordenador de Rádio e TV, Nível CJ-2.